



## A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ENQUANTO MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO SUPERIOR NO SERTÃO BAIANO: UMA ANÁLISE SOBRE O PME DO TERRITÓRIO DE IRECÊ

THE UNIVERSITY EXTENSION WHILE MONITORING PUBLIC POLICIES OF  
HIGHER EDUCATION IN THE HINTERLAND OF BAHIA: AN ANALYSIS ON  
THE SMES OF THE TERRITORY OF IRECÊ

Claudilson Souza dos Santos  
Felipe Alcântara da Silva

**RESUMO:** Este artigo surge da execução do projeto de extensão Diálogos Colaborativos Sobre as Metas dos Planos Municipais de Educação - PME's no Território de Irecê, a partir do Município de São Gabriel - Bahia. Tem por objetivo monitorar junto aos atores sociais as metas 12, 13 e 14 do PME, demandas apresentadas à gestão das políticas públicas. A metodologia parte da análise documental, com caráter qualitativo dos dados levantados a partir de grupo focal com os atores sociais. Constatou-se então as dificuldades do município em executar as estratégias e articular ações com outros entes. Portanto, monitorar as metas e estratégias, torna-se fundamental para a execução de políticas públicas para o ensino superior no Território de Irecê, a fim de atender as demandas sociais.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária, Plano Municipal de Educação; Gestão Educacional.

**ABSTRACT:** This article arises from the implementation of the Collaborative Dialogues extension project on the Goals of Municipal Education Plans - PMEs in the Irecê Territory, from the Municipality of São Gabriel - Bahia. Its objective is to monitor with PME goals 12, 13 and 14, demands presented to the management of public policies. The methodology starts from the documentary analysis, with a qualitative character of the data collected from a focus group with the social actors. Then, the difficulties of the municipality in implementing the strategies and articulating actions with other entities were found. Therefore, monitoring goals and strategies is essential for the implementation of public policies for higher education in the Territory of Irecê, in order to meet social demands.

**Keywords:** University Extension, Municipal Education Plan; Educational management.

### INTRODUÇÃO

A pesquisa na Universidade precisa também ser um processo interdisciplinar, socioeducativo, científico que promova a interação entre a Universidade e outros setores da sociedade. Nesse caráter o projeto Diálogos Colaborativos Sobre as Metas dos PME'S: um monitoramento quanto a implementação de políticas públicas no Ensino Superior no Território de Irecê, vem desenvolvendo ações extensionistas conjuntas com as equipes das Secretarias Municipais de Educação de Irecê e São Gabriel, no propósito de monitorar



as metas voltadas ao ensino superior neste espaço. Considerado um instrumento de gestão, o PME a partir da Lei Federal 13.005/2014 (BRASIL, 2014) a qual institui o Plano Nacional de Educação, documento composto por 20 metas e inúmeras estratégias de modo a atender, sob o ponto de vista do planejamento educacional, as demandas da sociedade e da educação em várias frentes.

De modo geral, pode-se vincular também as metas e estratégias à Universidade, mas de modo mais específico, esta tem relação direta com as metas 12, 13 e 14, as quais apresentam estratégias e demandas às Instituições de Ensino Superior, tanto ao setor público, quanto privado. Neste sentido, monitorar a execução de tais estratégias e metas, e ainda, levantar as demandas apresentadas nesta área, é fundamental para um eficiente e eficaz planejamento e instrumento de gestão, ações que este projeto almeja alcançar. A

partir dessa necessidade, o presente projeto de extensão, visa desenvolver ações conjuntas com as equipes das Secretarias Municipais de Educação do Território de Irecê, de modo que estas se configurem como um instrumento de gestão tanto para os municípios, quanto para a UNEB.

As ações metodológicas desenvolvidas no presente projeto são de natureza descritiva e exploratória, de abordagem quali-quantitativo por meio de uma análise documental, cujos dados foram levantados a partir de oficinas e grupo focal, junto aos técnicos das secretarias de educação; membros dos conselhos de educação; e posteriormente, estudantes do componente Políticas Públicas Educacionais, do 4º semestre do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências e Tecnologias, Campus XVI Irecê, os quais participaram do processo de escuta e monitoramento das metas.

Monitorar em conjunto com as equipes das Secretarias Municipais de Educação, as estratégias e metas dos PME's dos municípios do Território de Irecê, referente às metas 12, 13 e 14, postas às IES, numa perspectiva de planejamento e gestão das políticas públicas educacionais para o Território, torna-se uma ação especial, uma vez que seus desdobramentos podem contribuir com o desenvolvimento da oferta do ensino superior neste Território, a partir do regime de colaboração entre as instâncias governamentais: federal, estadual e municipal, além de outras instituições de ensino superior presentes no Território de Irecê.

Neste caso, sendo os PME's instrumento de planejamento e gestão da educação a partir da Lei Federal nº 13.005/2015, e dos respectivos Planos Municipais de Educação em cada município, o seu monitoramento torna-se essencial para verificar até que ponto as metas e estratégias estão sendo perseguidas e atendidas. Neste viés, o Plano Municipal de Educação possui em sua essência, 20 metas relacionadas a educação, das quais, quatro destas são diretamente relacionadas às IES, em especial à Universidade Pública, representadas neste Território pela UNEB/DCHT-XVI. Assim sendo, esta Universidade tem responsabilidade primeira em desenvolver ações e estratégias com vistas ao alcance de tais metas dos PME's em questão.

Deste modo, o presente projeto de extensão tem singular relevância, pois visa identificar e monitorar as metas e ações sinalizadas nos PME's dos municípios do Território de Irecê em foco nesse primeiro momento o município de São Gabriel, além de



inserir as demandas em seus instrumentos de planejamento e gestão, contribuindo desta forma com a sua função social neste Território.

## A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

A universidade pública é um importante espaço de geração e disseminação de conhecimentos, que se fundamenta em três bases: ensino, pesquisa e extensão, elementos, capazes de propiciar a produção, aperfeiçoamento e reconstrução de conhecimento, junto à comunidade acadêmica e externa, numa tentativa de via de mão dupla.

Desse modo, a extensão universitária é a ação da Universidade que junto à comunidade possibilita o compartilhamento do conhecimento construído por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição, pode chegar efetivamente e em tempo mais curto, à sociedade. Ela também pode ser articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social, econômica e cultural (FORPROEX, 2012, p. 20).

Sobre isso, é salutar lembrar Freire, em sua obra *Extensão ou Comunicação?* (1969), um dos preceptores que aproximou a universidade dos setores populares, descobrindo e desenvolvendo instrumentos capazes de aproximar as comunidades do ambiente acadêmico, por meio de umas das suas ações bem conhecidas que é a ação de alfabetização, mediante metodologias de interação entre o saber técnico-científico e as culturas populares e tradicionalidades regionais. Todavia, Freire (1969) discute também, que o conceito de extensão pode sofrer críticas por suas implicações unilaterais e invasivas para dar lugar a uma prática, a uma cultura, necessariamente, dialogal, educativa e comunicacional.

Em outro momento, considera ainda, que “[...] o conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demonstra uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção” (FREIRE, 2010, p. 27). Logo, não se deve conceber o saber mais ou saber menos entre os sujeitos, mas saberes que se encontram, se integram, mobilizam e suscitam a transformação do sujeito e do seu entorno.

Com base nestas reflexões, deve-se ressaltar que para haver uma extensão universitária efetiva faz-se oportuno considerar o saber que a comunidade ou grupo de sujeitos possui e a partir disso basear as ações a serem desenvolvidas de maneira que tais participantes queiram aprender, buscar e reinventar se necessário durante o processo de extensão que ele estará inserido. Portanto, uma das funções sociais da Universidade, é promover o desenvolvimento social, fomentar projetos e programas de extensão que levam em conta os saberes e fazeres populares e garantir valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa, sustentabilidade e a cultura daquele meio (UFES, 2012). Neste sentido, torna-se atribuição da Universidade, conforme os princípios norteadores das atividades extensionistas, pactuados no âmbito do FORPROEX (2012).

Conforme também os objetivos do FORPROEX (2012, p. 05) “outra função importante da Universidade em que diz respeito a extensão é a elaboração e articulação



de políticas públicas por meio da participação em fóruns e consultorias”. É justamente nesse viés que este projeto de extensão tem atuado, monitorando o cumprimento das metas dos Planos Municipais de Educação, especificamente as relacionadas às ações dos municípios voltadas ao ensino superior, no âmbito do Território de Identidade de Irecê, ação que tem a perspectiva de ajudar no desenvolvimento e implementação de políticas públicas na educação superior neste Território. Afinal, é também papel da universidade mobilizar a implantação de políticas públicas de modo a atender as demandas da sociedade. Nesse sentido, o projeto de extensão aqui relatado, tem servido como instrumento de monitoramento da política pública educacional ao mobilizar atores sociais, para esta ação em seus municípios.

Pensando dessa forma, a extensão permite experiências de popularização da ciência, ensino e pesquisa desenvolvidos na universidade, de modo a realizar atividades que favorecem a construção de caminhos que podem contribuir com o enfrentamento de problemas e questões sociais. Neste caso, é importante salientar que as práticas extensionistas devem também zelar pelo respeito à diversidade cultural e fortalecer o encontro entre os saberes acadêmicos e os saberes populares da comunidade.

Desse modo, os projetos de extensão têm a possibilidade de promover esta inclusão e acolhimento da comunidade dentro da universidade em todas as suas dimensões sejam elas sociais, culturais ou econômicas, articulando dessa forma, os saberes e as demandas da comunidade.

No caso da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, a extensão acontece a partir de Projetos desenvolvidos anualmente, por meio de edital financiado com bolsista, pela Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, podendo tais projetos cumprirem objetivos voltados a ações como cursos, eventos, oficinas, prestação de serviços e diversas outras atividades, principalmente com a comunidade externa à universidade, visando uma maior interação com todos os sujeitos envolvidos.

Embora algumas atividades de extensão universitária tenham caráter pontual, é importante destacar que estas, quando possível, devem primar pela realização de projetos contínuos, para que a relação comunidade-universidade se fortaleça, vez que “não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão Universitária. A própria Universidade Pública, enquanto parte da sociedade, também deve sofrer impacto, ser transformada” (FORPROEX, 2012, p. 20). É nesse pensamento que o projeto aqui mencionado, perpassa de um ano a outro, considerando ainda, as perspectivas de atuação da universidade a partir da escuta e da atuação junto à comunidade. Ou seja, a extensão universitária é também uma oportunidade de redefinição do papel social da própria universidade.

Assim, promovendo as ações universitárias quanto ao ensino, pesquisa e extensão, a exemplo deste projeto, é possível oportunizar ações interligadas, contextualizando os diversos conhecimentos. Foi o que ocorreu com as atividades desenvolvidas no componente Políticas Públicas Educacionais, cujas atividades perpassaram pelos estudos sobre os diversos instrumentos da gestão e das políticas públicas, com a participação ativa dos alunos na audiência pública do PPA Participativo do Estado no Território, os quais apresentaram demandas do ensino superior ao Estado da Bahia, e posteriormente a partir



de análises de vários Planos Municipais de Educação, de acordo com a residência destes estudantes, sinalizaram também ações em seus municípios. Nesse sentido, as ações do Projeto de Extensão de Monitoramento dos PME's, foram interligadas ao processo de ensino, cujos atores se complementaram entre os estudantes e a sociedade civil, envolvida na análise dos Planos Municipais de Educação.

Diante disso, como pontua Chedid (2018, p. 02),

Os projetos de extensão universitária são também uma forma de professores e alunos vivenciarem na prática elementos de suas áreas de atuação. A extensão universitária deve ser formada por professores, alunos e comunidade externa. O importante é sempre ressaltar que a extensão universitária não é um “assistencialismo” à sociedade, mas uma forma de integrar, de ampliar visões, de trocas de experiência; e, assim, formar o tripé universitário juntamente com o ensino e a pesquisa. (Chedid 2018, p. 02)

Assim sendo, ao refletir sobre as ações desenvolvidas a partir do Projeto de Extensão aqui mencionado, nota-se a complementariedade também com o ensino e com a pesquisa, mesmo que sem uma intenção inicial. Outra questão a ser refletida, foi o engajamento de outros atores que não estavam previstos no projeto, a exemplo dos estudantes do componente Políticas Públicas Educacionais, o qual em detrimento das ações do Projeto de Extensão e das próprias demandas dos estudantes, teve que ser redimensionado, tornando dessa forma, o processo de ensino mais eficiente e mobilizador de aprendizagens e de participação social, verdadeiramente contextualizadas.

## DIALOGANDO COM OS PLANOS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 214 (BRASIL, 2016), o qual estabelece a construção do Plano Nacional de Educação – PNE, com a duração plurianual, enfatiza a adoção de ações governamentais que visem a erradicação do analfabetismo; a universalização do Ensino Fundamental; a melhoria da qualidade de ensino; a formação para o trabalho; e a promoção humanística, científica e tecnológica do país. Além da previsão constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 (BRASIL, 2017).

Desse modo, diante da previsão legal, o Brasil após várias mobilizações, aprovou a Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, instituindo o Plano Nacional de Educação (PNE), o qual estabelece novos rumos para as políticas e ações governamentais, através de diretrizes, metas e estratégias para a chamada Década da Educação, impulsionando também, a aprovação de outros planos na esfera estadual e municipal, tornando-se um marco fundamental para as políticas públicas brasileira (BRASIL, 2014).

Com a aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE),

Suas 20 metas conferiram ao País um horizonte para o qual os esforços dos entes federativos e da sociedade civil devem convergir com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação em sua integralidade, dissolvendo as barreiras para o acesso e a permanência, reduzindo



as desigualdades, promovendo os direitos humanos e garantindo a formação para o trabalho e para o exercício autônomo da cidadania. (BRASIL, 2014, p. 11).

Neste contexto, para além da determinação legal, surgem também os Planos Estaduais de Educação (PEE's) e os Planos Municipais de Educação (PME's), resultados de um movimento coletivo que envolvem vários segmentos educacionais e da sociedade civil, os quais diagnosticaram as demandas da educação, propondo em seguida, diretrizes, metas e estratégias para a área, configurando-se assim, em documentos norteadores para as políticas públicas, nos próximos dez anos, como preconiza a legislação (BRASIL, 2014).

Diante disso, o Estado da Bahia, aprovou a Lei nº 10.330/2006 (BAHIA, 2006), a qual instituindo o Plano Estadual de Educação da Bahia, criando dessa forma, uma nova oportunidade para que o planejamento do setor educacional, sendo este mais um instrumento de implementação de políticas públicas, além do Plano de Ações Articuladas (PAR), como instrumento de planejamento e responsabilidades com o ente federado, vinculado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), contribuindo para a realização das diretrizes e metas constituídas no Plano Municipal de Educação, vinculada ao Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) objetivando a viabilização da sua execução.

O processo de construção dos Planos Municipais de Educação durou aproximadamente um ano, prazo definido pela lei, para que estados e municípios, aprovassem suas leis, tendo como parâmetro as 20 (vinte) metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Este movimento, contou com o apoio do Ministério da Educação; da Secretaria de Educação do Estado da Bahia; e da União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, culminando com grande parte dos municípios baianos, aprovando seus Planos Municipais de Educação.

Enquanto documento, os Planos Municipais de Educação são basicamente compostos de quatro etapas, sendo a primeira a Análise Situacional do Município que traz uma caracterização dos aspectos históricos, geográficos, demográficos, socioeconômicos e culturais. A segunda, faz um Diagnóstico da Educação no Município, composto da análise de dados, sistematizados em tabelas, gráficos e imagens, revelando as principais características da rede de ensino municipal. O levantamento dos dados que deve ser de cunho qualitativo e quantitativo, constituindo-se a base para o estabelecimento das Diretrizes, Metas e Estratégias do plano que são abordados na terceira etapa deste documento. E, última etapa apresenta as orientações para Processo de Avaliação e Acompanhamento do PME, ação que envolve o monitoramento das atividades executadas, a avaliação das metas estabelecidas e a adequação, caso necessário, do plano, em consonância com o PNE.

Para a sistematização das etapas são necessárias as questões problematizadoras, elaboradas a partir das diretrizes apresentadas na Lei nº 13.005/2014 com intuito de favorecer, no âmbito dos municípios, proposições de estratégias alinhadas às nacionais, com o propósito de se implementar políticas públicas intersectorializadas e em regime de colaboração entre os entes da federação.





Para essa construção, representantes de diferentes setores da sociedade são chamados a exemplo: as Comissão Representativa formadas pelas Equipes Técnicas das Secretarias de Educação, os Conselhos Municipais de Educação, os Sindicatos de Professores, Gestores Escolares, Pais de Alunos e a Secretarias Municipais de Educação que serão os responsáveis centrais pelo acompanhamento e avaliação do PME, propondo, sempre que necessárias alterações para atender as mudanças e necessidades educacionais. Desse modo, este documento tem grande potencial enquanto instrumento de orientação às políticas públicas educacionais no âmbito dos municípios, considerando a participação plural, com base em um contexto real como destacam Luz e Schwingel (2008, p.11), a definir a importância de que os municípios “construam os seus planos apoiados em dados estatísticos e consultas aos diversos segmentos da sociedade, através de processos coletivos ou participativos, mesmo que optem por buscar orientações técnicas em algumas fases desse processo.”

Os Planos Municipais de Educação podem ganhar legitimidade pública com a realização de Conferências e Fóruns Educacionais além de Audiências Públicas, contando com a participação de professores, equipe técnica da Secretaria de Educação e comunidade escolar e local, objetivando articular as metas e estratégias como parâmetro para assegurar o direito à educação com a participação dos diversos segmentos organizados, da sociedade, construindo e consolidando um projeto próprio, comprometido com a transformação social e educacional dos Municípios.

Nesse propósito, é importante mobilizar os mais diversos atores tanto na etapa de elaboração, quanto de avaliação e monitoramento das estratégias e metas dos planos, promovendo audiências e debates sobre problemas educacionais, bem como a construção de maneiras e estratégias para enfrentá-los. Contudo, como afirma Dourado (2017, p. 18), só a participação das unidades representativas não é o bastante, acrescentando que as instâncias institucionais prioritariamente têm que orientar o processo e lançar esforços no monitoramento e avaliação.

Ao analisar a questão do monitoramento, observa-se a importância desse projeto de extensão, o qual busca abrir o diálogo com as instâncias responsáveis, promovendo e participando dos debates instalados nas Audiências Públicas e Fóruns Educacionais, analisando os Planos Municipais de Educação e identificando as áreas mais fragilizadas e demandas ainda existentes. Além disso, orienta e mobiliza, por meio de oficinas, os mais variados atores a participarem do processo de avaliação e monitoramento do PME, despertando a consciência de que todos devem ser sujeitos autorais da política pública.

Portanto, os Planos Decenais de Educação dos Municípios devem expressar os compromissos que os educadores, comunidade escolar e Gestão Pública a fim de promover ações que visem alcançar todas as metas criadas, pois representa a preocupação e a necessidade de um novo projeto de educação na garantia dos direitos assegurados no Plano Nacional de Educação.

Como visto, nota-se que os planos nacionais, estaduais e municipais de educação trazem um caráter de luta e de busca por melhorias na área da educação, com o envolvimento social em suas diversas representações, o que remete a buscar Cury (2002, p. 247), ao destacar que a “importância da lei não é identificada e reconhecida como um



instrumento linear ou mecânico de realização de direitos sociais. Ela acompanha o desenvolvimento contextualizado da cidadania em todos os países”. Logo, não basta os Planos de Educação estejam aprovados ou implementados. É preciso que as ações postas neles, sejam cumpridas enquanto ações das políticas públicas, e para tal, são essenciais o seu monitoramento e a avaliação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do contexto exposto até aqui e dos dados e informações analisadas foi possível perceber através da observação e dos diálogos com os representantes dos conselhos municipais da área da educação, a grande importância de compreender as políticas públicas da educação e como estas agem sobre o contexto analisado, a partir deste projeto de extensão, o qual tem oportunizado essa discussão com a comunidade do município de São Gabriel-BA.

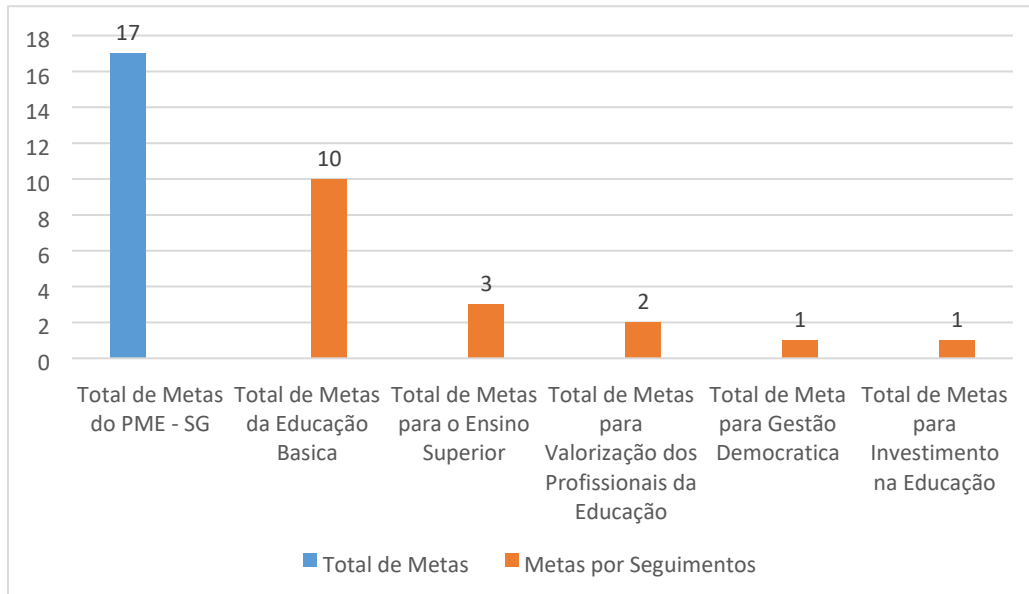
Desse modo, sendo cada vez mais crescente o interesse e as expectativas da população para o ingresso na educação superior, principalmente a partir do incentivo de programas governamentais como o PROUNI, FIES, SISU – Sistema de Seleção Unificada, ENEM, Plataforma Freire, Universidade para Todos e cursinhos pré-vestibular, dentre outros, esta etapa do ensino, tem demandado o fortalecimento de políticas públicas, as quais possam assegurar, ampliar e atender qualitativamente sua oferta à população.

Nesse sentido, o município de São Gabriel, tem desenvolvido em parceria com a UNEB o cursinho pré-vestibular para 100 alunos, promovido o incentivo ao acesso à educação superior fora do município, através da implantação de 13 residências universitárias, em diversas cidades do Brasil, além de ofertar transporte escolar aos estudantes da cidade até Irecê, cidade polo educacional mais próxima. No município, não existem núcleos de educação superior, mas recentemente no período de 2006 – 2009, São Gabriel implantou o curso de pedagogia em parceria com o Programa Rede UNEB 2000 e formou 82 professores da rede, para atuarem nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

De modo geral, o PME de São Gabriel está estruturado em 17 metas e inúmeras estratégias, distribuídas em 06 temáticas gerais: educação metas; ensino superior; valorização dos profissionais da educação; gestão democrática; investimento na educação, conforme demonstração do **Gráfico 01**, o qual fornece uma visão ampla do documento. Todavia, é oportuno destacar que o município não seguiu plenamente a estrutura do PNE, composto de 20 metas e 225 estratégias, com risco de prejuízo à construção de políticas públicas locais.

### **Gráfico 1: Estrutura do Plano Municipal de Educação de São Gabriel-Bahia: quantidade de metas e estratégias.**

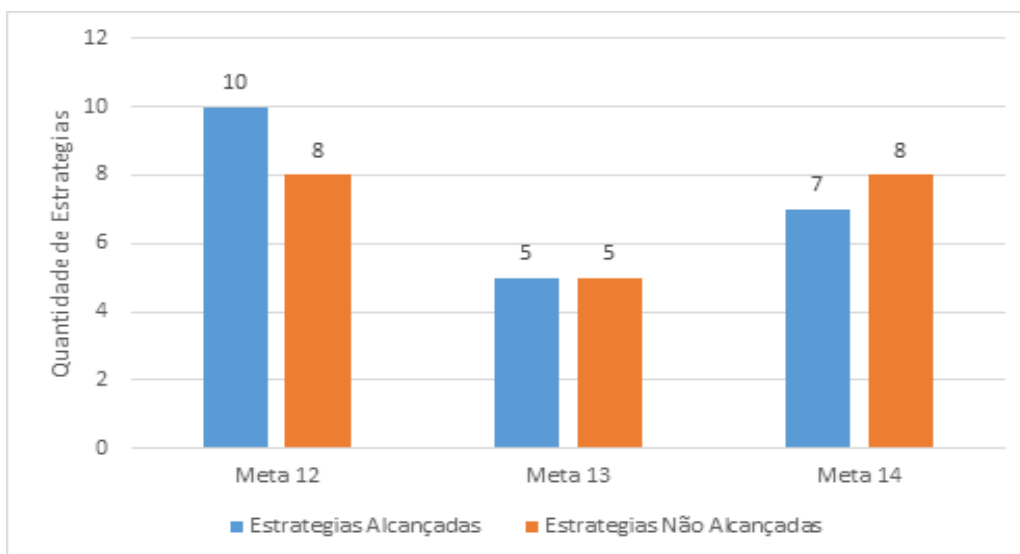




Fonte: Elaboração dos autores a partir de grupo focal com os atores sociais em monitoramento do PME de São Gabriel (2019).

Como pode ser observado no **Gráfico 2**, o município de São Gabriel tem desenvolvido muitas ações em relação ao cumprimento das metas e estratégias relacionadas à educação superior, conforme levantamento por meio de grupo focal junto aos membros do Conselho Municipal de Educação, e posteriormente aos estudantes do município, cursistas do 4º semestre do Curso de Pedagogia da UNEB/DCHT Campus XVI Irecê, na ação de monitoramento das metas 12, 13, e 14 do PME do município, resultado revelado a seguir.

**Gráfico 2: Análise das Metas e Estratégias da Educação Superior, no Plano Municipal de Educação de São Gabriel - Bahia.**



Fonte: Elaboração dos autores a partir de grupo focal com os atores sociais em monitoramento do PME de São Gabriel (2019).



Ao analisar, especificamente a Meta 12 do PME de São Gabriel, nota-se que boa parte das estratégias foram alcançadas, mas ainda assim, existem ações a serem contempladas, como o Quadro 1, ao apresentar 07 (sete) estratégias, das quais boa parte são de relativa facilidade em ser desenvolvida pelo próprio município. Outras, no entanto, necessitam de articulação com outras instituições e esferas de governo.

**Quadro 1: Meta 12 – Estratégias Não Alcançadas**

META/ ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIAS
12.2	Fomentar as Faculdades locais para ampliação das demandas de cursos, principalmente, nas áreas específicas das licenciaturas, para formação dos profissionais da educação básica.
12.9	Promover ações territoriais na discussão e debate a ampliação das ofertas de novos cursos com ênfase no desenvolvimento social, econômico, cultural e político da região
12.10	Criar programa de incentivo aos estudantes egressos do ensino superior do município, de modo a contribuir com o acesso ao mercado de trabalho, como, cadastramento do currículo profissional, fazendo parcerias com as empresas locais, regionais e outras
12.12	Criar parcerias com as instituições de ensino superior nos âmbitos territorial, estadual e federal de forma que se viabilize a oferta de cursos de mestrado e doutorado no território de Irecê;
12.15	Promover ações territoriais que permitam a ampliação do debate acerca da ampliação dos programas de pós-graduação lato sensu e strictu sensu no território de Irecê visando à elaboração de estratégias que viabilizem a vinda de programas de qualificação profissional no âmbito da educação superior para o território
12.16	Estimular a produção científica dos docentes e criar mecanismos de divulgação das suas produções, como criação de revista eletrônica, etc.
12.18	Firmar parceria com as instituições privadas de ensino superior do território de modo a contribuir com recrutamento de docentes com titulação de mestrado e doutorado.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de grupo focal com os atores sociais em monitoramento do PME de São Gabriel (2019).

Ainda em análise ao **Quadro 1: Meta 12 – Estratégias Não Alcançadas**, cabe destacar que embora algumas ações sejam de responsabilidade direta de outros entes e instituições, o município de São Gabriel se coloca como parceiro na sua execução, entendendo a importância das ações para a sua população. Entretanto, os atores participantes do monitoramento, também consideram que é preciso mais empenho por parte do município a fim de contemplar todas as estratégias do Plano.

Com relação à meta 13, o Gráfico 02, revela que das 10 estratégias existentes, apenas 02 delas são de responsabilidade direta de outras instâncias de governo, enquanto que as demais 08 ações, dizem respeito diretamente à gestão local. Já com relação à meta 14, numa análise mais criteriosa, nota-se que das 15 estratégias existentes, somente uma tem efetiva relação com o que se propõe meta, numa abordagem à promoção da pós-graduação aos profissionais da educação, embora ainda com um cunho de valorização profissional. Na mesma linha, as 14 estratégias fazem relação direta à valorização profissional, à gestão e ao dimensionamento da rede, portanto, não fazendo relação direta com o que está posto na meta.

Numa reflexão acerca da construção das estratégias da meta 14 observa-se uma incoerência entre o que está se propõem: “Formar, em nível de pós-graduação, no mínimo 90% (noventa por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, valorizar os (as) Profissionais do Magistério das Redes Públicas de Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente” (SÃO GABRIEL, 2015, p. 85), e as estratégias atribuídas a ela pela equipe de construção do PME, deixando de considerar o referencial de construção nacional a partir do PNE, ficando o documento de São Gabriel, desconformidade com o documento nacional, nesta meta.

Outra questão que carece de reflexão, é quanto ao próprio monitoramento do Plano, uma vez que os atores informam que esta ação fica prejudicada, vez que o município não dispõe de uma equipe específica para coordenar tal atividade, e quando ocorre, esta é desenvolvida pelos membros do Comitê do PAR e pelos membros do CACS/FUNDEB.

Assim, diante deste cenário da execução deste projeto de extensão junto aos atores sociais do município de São Gabriel, é possível perceber a necessidade de as secretarias de educação se empenharem mais com vistas à execução e monitoramento das metas e estratégias constantes nos PME's, quer pelas próprias demandas da sociedade, pela própria previsão do Plano, ou pelas novas exigências das demais instâncias governamentais: federal e estadual, quanto a necessidade de monitorar e fazer cumprir as metas e estratégias de seus planos.

Outra questão que ficou evidente, é a dificuldade da população quanto ao acesso na publicação dos PME no diário oficial do município ou outras fontes, pois muitos não têm conhecimento das plataformas e do próprio documento, situação que suscita uma melhor divulgação e publicação do mesmo.



Também é oportuno destacar a questão dos prazos para cumprimento das metas e estratégias constantes nos Planos, considerando que algumas das ações poderão ou não ser alcançadas até 2025, prazo final estabelecido no documento. Todavia, há de se observar que muitas das estratégias têm prazos mais curtos, o que requer um monitoramento mais efetivo e a adoção de ações mais pontuais, seja para a sua execução ou redimensionamento.

Outro aspecto constatado nas ações do projeto de extensão, é que há uma carência de formação dos atores sociais e das secretarias municipais de educação, com vistas a gestão de monitoramento dos Planos Municipais de Educação, vez que boa parte das equipes que ajudaram no processo de construção deste documento, não está mais à frente das atividades, quer enquanto técnicos das secretarias de educação, quer enquanto sujeitos de representação social. Tal situação, coloca sobre os municípios uma demanda de gestão nesse aspecto, o que pode ser articulado a partir deste projeto de extensão, cujo objetivo prevê o atendimento de tal questão. Basta para tanto, a manifestação do próprio município junto à coordenação do projeto.

## CONCLUSÃO

Pelo exposto, o processo de monitoramento dos Planos Municipais de Educação torna-se cada vez mais necessário com vistas a implementação de políticas públicas que possam atender aos anseios da sociedade no campo da educação, vez que este documento cada vez mais se configura enquanto instrumento prático de gestão. É nesse sentido também, que o projeto de extensão Diálogos Colaborativos Sobre os PME's se coloca enquanto ferramenta de apoio aos municípios, compreendendo as aprendizagens de todos os atores nesse processo, oportunidade de (re)construção de saberes e a luta incessante pela implementação de políticas públicas educacionais no campo do ensino superior, a partir de ações colaborativas entre as diversas instâncias e instituições, em favor da sociedade que tanto necessita, especialmente no âmbito do Território de Identidade de Irecê.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.A.S. 2010. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: **Questões para reflexão**. Educ. Soc., 31(112):707-727. <https://doi.org/10.1590/S010173302010000300004>.

BAHIA, Lei nº 13.559. Aprova o Plano Estadual de Educação e dá outras providências (PEE 2016-2026). **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Bahia, 11/05/2016. Disponível em:<http://diarios.egba.ba.gov.br/html/DO12/fotos/executivo.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.



BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Comstituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Comstituicao.htm)

BRASIL, Lei nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL, Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Presidência da República Federativa do Brasil: Brasília, 2014.

BRASIL, Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaa.dia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/pde.pdf>. Acesso em: Acesso em: 20 abr. 2020.

CHEDID, Samira. Extensão Universitária: como funciona esse projeto? Santa Catarina: **politize**, 2018. Disponível em <https://www.politize.com.br/extensao-universitaria-comofunciona/>. Acesso em: Acesso em: 20 abr. 2020.

CURY, C.R.J. Direito a educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

DOURADO, L.F. Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira. Goiânia: **Imprensa Universitária/ANPAE**, 2017.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FORPROEX, Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. “**Coleção Extensão Universitária**”. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

LUZ, A.M.C. **Plano Municipal de Educação: Estratégias, mecanismos e experiências de elaboração**. Salvador: ISP/UFBA, 2008.

SÃO GABRIEL. Plano Municipal de Educação 2015-2025 do município de São Gabriel. **Diário Oficial do Município**, sexta-feira, 19 de junho de 2015. Ano V. Edição nº 00462. p. 81-82. Caderno 1.